

- 7 AGO 1987

FOLHA DE SÃO PAULO

# Novo pacto do diabo

VICTOR FACCIONI

10 A3

*Aue*  
*Seção Tendências e Debates*  
A maioria dos constituintes é favorável ao parlamentarismo como o melhor sistema de governo para o Brasil, e isso foi comprovado em diversas pesquisas feitas pela imprensa entre os constituintes, globalmente considerados, como também nas pesquisas no seio dos principais partidos e bancadas majoritárias. A comprovação da maioria dos constituintes a favor do sistema parlamentar de governo também se deu nas decisões das subcomissões, das comissões temáticas e na Comissão de Sistematização da Constituinte.

A constatação de que a maioria dos constituintes é favorável à mudança do sistema de governo, porque considera superadas de sobejo, ao longo de quase cem anos de triste experiência, as possibilidades do presidencialismo como sistema capaz de assegurar a democracia tão reclamada pelos brasileiros, no mínimo tornam muito estranhas as manobras que ocorrem na cúpula da política nacional, pela ação dos presidentes do PMDB e PFL, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, que estão negociando um acordo pelo presidencialismo, querendo assim modificar a decisão livre e soberana da Constituinte em favor

da mudança do sistema de governo. Os dirigentes dos dois maiores partidos, os quais juntos somam mais de dois terços da Constituinte, não se entendem em torno de uma política econômica e social capaz de superar a recessão, o desemprego, o achatamento salarial, a falta de moradias, os problemas de previdência social, da dívida externa, do déficit público, da microempresa e da agricultura brasileira que marcham para a falência, mas iniciam entendimentos à revelia das suas bancadas majoritárias, para sabotarem a mudança do sistema de governo e, manter assim, o desastroso presidencialismo que tantos males já causou e ainda está causando ao sistema político, ao jogo do poder e à democracia em nosso país. Seria essa, talvez, uma nova versão do pacto do diabo, que espero venha encontrar pronta reação dos constituintes dos próprios partidos dirigidos por Ulysses Guimarães e Marco Maciel que, majoritariamente, já tomaram posição prévia diferente do pretendido pelos seus dirigentes.

Comprovando o fato basta lermos a Folha do dia 29/07/87, que noticiou: "Ulysses e Maciel negociam acor-

do pelo presidencialismo. Os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel, começaram ontem a negociar formalmente um acordo para que a futura Constituição, que está sendo elaborada pelo Congresso constituinte, mantenha o atual sistema presidencialista, ao contrário do modelo de parlamentarismo instituído pelo anteprojeto da Comissão de Sistematização. Marco Maciel admitiu recentemente, após sair do encontro com Ulysses, que este será um dos pontos que pretende estabelecer como acordo."

Acordo de cúpula não pode prevalecer sobre uma Assembléia Nacional Constituinte que se diz livre e soberana. A negociação e o consenso só podem ser estabelecidos no equacionamento de propostas majoritárias, mas jamais contra a maioria dos constituintes, pois seria a subversão da ordem, tirania ditatorial dos dirigentes partidários contra as próprias bases de seus partidos, e a vontade livre e soberana do povo expressa pela maioria dos constituintes. Tal subversão pode representar, já por si, uma imposição de minoria sobre a maioria que, no mínimo,

provocará séria desestabilização de nossas instituições, reduzindo as possibilidades de uma Constituição que se deseja duradoura, senão permanente.

É de se esperar que a maioria dos constituintes saiba impedir que a ambição presidencial, tão comum no passado de luta dos "presidenciais" contra o parlamentarismo, ceda lugar ao entendimento da maioria de que é hora de mudar, e mudar começando pela mais fundamental das mudanças, a do sistema de governo, pois esta condiciona todas as demais e a própria consolidação e aperfeiçoamento da democracia. Até porque penso, ainda, poder confiar no espírito de patriotismo de Ulysses Guimarães e Marco Maciel, homens do maior valor, que saberão revisar posições pessoais na medida em que elas conflitarem com seus próprios liderados, para que possamos, todos juntos, brasileiros de todos os partidos, elaborar a mais sábia e oportuna Carta Constitucional, penhor seguro para um novo Brasil.

VICTOR FACCIONI, 45, advogado e economista, deputado federal (PDS-RS) e secretário-geral da Frente Parlamentar Interpartidária do Congresso constituinte.